



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0000055-76.2016.8.26.0555**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **OF, CF - 146/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 434/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **RONIVON CORREA**  
 Vítima: **KELLI CRISTINA SILVESTRE DOS SANTOS**

Réu Preso

Aos 28 de abril de 2016, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu RONIVON CORREA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da policial militar Rosa Maria da Silva Souza, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRª. PROMOTORA:** "MM. Juiz: RONIVON CORREA, qualificado a fls.12, com foto as fls.15, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal, porque em 06.02.16, no período da tarde, na Rua Henrique Gregori, 370, Vila Carmem (salão de beleza), em São Carlos, subtraiu para si, mediante grave ameaça exercida contra a vítima Kelli Cristina Silvestre dos Santos, mediante simulação de arma de fogo, a quantia de 20,00 (vinte reais). **A ação deve ser julgada procedente**. A vítima e testemunha de acusação reconheceram o réu como o autor do assalto. O réu foi preso na posse do dinheiro subtraído. Ademais, ouvido em juízo, o réu confessou a prática do delito. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é tecnicamente primário (fls.136/137), devendo ser fixado o regime inicial semiaberto. O réu tem processo suspenso (artigo 89 da Lei 9099), conforme certidão de fls.100 nesta 3ª Vara. Assim requeiro a revogação do benefício daquele feito, conforme fls.100 (autos nº 0005758-23.2014). **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: após entrevista reservada com a defesa, conhecimento dos elementos informativos do inquérito, acompanhamento da audiência e ciência do reconhecimento pessoal feito pela vítima, o réu decidiu espontaneamente confessar a prática do roubo, assim como fizera já no momento da prisão em flagrante. Nos termos do artigo 197 do CPP, a confissão está em harmonia com o restante da prova. Assim, em caso de condenação, requer-se pena mínima, a concessão do regime aberto, considerando a primariedade e por fim, o deferimento do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. RONIVON CORREA, qualificado a fls.12, com foto as fls.15, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, do Código Penal, porque em 06.02.16, no período da tarde, na Rua Henrique Gregori, 370, Vila Carmem (salão de beleza), em São Carlos, subtraiu para si, mediante grave ameaça exercida



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

contra a vítima Kelli Cristina Silvestre dos Santos, mediante simulação de arma de fogo, a quantia de 20,00 (vinte reais). Recebida a denúncia (fls.85), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.120). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto a policial militar Rosa Maria. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu pena mínima, regime aberto e direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Não há dúvida sobre a autoria e materialidade do crime. A condenação é de rigor. O réu é tecnicamente primário, mas possui condenação anterior por roubo (fls.115 e 136/137). Assim, possui mau antecedente, a ser considerada na dosagem da pena. Em favor dele existe a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** RONIVON CORREA como incurso no art.157, *caput*, c.c. artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando o mau antecedente, com condenação anterior por roubo (fls.115 e 136/137), fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Pela confissão, reduzo a sanção em um sexto, trazendo-a para o mínimo legal de **04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, no mínimo legal. A atenuante não pode trazer a pena abaixo do mínimo. Diante da existência do mau antecedente, mas também considerando o maior potencial de ressocialização, evidenciado pela confissão, no caso espontânea e completa, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não há alteração de regime em razão do artigo 387, §2º, do CPP. Estando preso, o réu não poderá apelar em liberdade. A existência de crime cometido em estabelecimento comercial, vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento da violência, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a prisão cautelar. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: